



Número: **0003581-98.2021.2.00.0814**

Classe: **CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **30/09/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Corregedoria Geral de Justiça do Pará - TJPA (CORRIGENTE)			
Belém - 6ª Vara Criminal - TJPá (CORRIGIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10408 06	14/12/2021 11:59	Relatório final de correção ordinária - 6a. VCRIm Belém	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO FINAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

UNIDADE JUDICIAL	6ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM
MODALIDADE	PRESENCIAL
EDITAL	n. 22/2021-CGJ, publicada no Diário de Justiça de 24/09/2021
PERÍODO DA CORREIÇÃO	04 e 05/10/2021

1. INFORMAÇÕES GERAIS.

1.1. Juiz de Direito/Período de exercício/O magistrado titular/no exercício faz parte do grupo de risco?

Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches 13.09.2021 a 12.10.2021 Portaria 3053/2021-GP

Observação CGJ. A Exma. Sra. Dra. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues é a magistrada titular da Unidade desde 08/02/2010. Durante a correição a juíza titular se encontrava de licença e o Exmo. Sr. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches, titular da 8ª Vara Criminal de Belém, respondia pela Vara no período de 13.09.2021 a 12.10.2021.

1.2. Competência.

Juízo Comum

1.3. Endereço/telefone/email.

Rua Tomázia Perdigão, nº 310, Fórum Criminal, Cidade Velha. Fone. 32052111

E-mail. 6crimebelem@tjpa.jus.br

1.4. Data da última correição ordinária anual realizada pelo Magistrado (a), (artigos 101, I e 164, I do Código Judiciário do Estado do Pará c/c artigo 11 do Provimento n. 004/2001-CGJ e Instrução n. 004/2008-CJCI)

Outubro/2018.

Observação CGJ. Não foi localizada nos registros da Corregedoria-Geral, o envio do relatório da última correição realizada pela magistrada titular da Unidade que teria sido realizada em Outubro/2018, conforme informação da Secretaria.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

1.5. Qual a data da implantação do sistema PJE? O sistema Pje funciona a contento? Na unidade há tramitação conjunta de processos em meio físico e processos eletrônicos?

18.01.2021. O sistema PJE apresenta instabilidade diariamente. Nesta Unidade há tramitação conjunta de processos em meio físico e processos eletrônicos.
Observação CGJ: Não houve digitalização de processos pelos servidores da Unidade. Constatou-se que há processos que foram digitalizados e migrados pela Central de Digitalização instalada no Fórum Criminal. Foi informado que a Unidade estará no terceiro grupo de digitalização, que abrange outras Varas. Segundo o Painel de Gestão Judiciária, há 1.332 processos ativos na Unidade, dos quais, 282 tramitam no sistema PJE e 1.050 tramitam no sistema Libra.

Gestão Judiciária 1G - BELEM - 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM

Último Movimento: Todos

Em Gabinete (S, sim; N, não): S N

PROCESSIONS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL

CLASSE	EM ANDAMENTO	RESGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	244	48	292
Ação Penal - Procedimento Sumário	2	2	4
Ação Penal - Procedimento Sumário	4	0	4
Ação Penal - Procedimento Sumário	21	0	21
Auto de Prisão em Flagrante	1	0	1
Requerimento de Condição Circunstanciada	1	0	1
Total	273	50	323

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	CLASSE	DIÁGNOSTICO
0000204100888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	213	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000022842200888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	260	Auto de Prisão em Flagrante
000023442200888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000027014395888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000018680282888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000018997000888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	263	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000214020888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	260	Auto de Prisão em Flagrante
000024432001788104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário

507
Lista de Processos

1.332
Lista de Processos

Gestão Judiciária 1G - BELEM - 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM

Último Movimento: Todos

Em Gabinete (S, sim; N, não): S N

PROCESSIONS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL

CLASSE	EM ANDAMENTO	RESGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	244	48	292
Ação Penal - Procedimento Sumário	2	2	4
Ação Penal - Procedimento Sumário	4	0	4
Ação Penal - Procedimento Sumário	21	0	21
Auto de Prisão em Flagrante	1	0	1
Requerimento de Condição Circunstanciada	1	0	1
Total	273	50	323

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	CLASSE	DIÁGNOSTICO
0000204100888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	213	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000022842200888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	260	Auto de Prisão em Flagrante
000023442200888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000027014395888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000018680282888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000018997000888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	263	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000214020888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	260	Auto de Prisão em Flagrante
000024432001788104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário

284%
Lista de Processos

8
Lista de Processos

282
Lista de Processos

Gestão Judiciária 1G - BELEM - 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM

Último Movimento: Todos

Em Gabinete (S, sim; N, não): S N

PROCESSIONS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS POR CLASSE E SITUAÇÃO PROCESSUAL

CLASSE	EM ANDAMENTO	RESGADO	Total
Ação Penal - Procedimento Ordinário	244	48	292
Ação Penal - Procedimento Sumário	2	2	4
Ação Penal - Procedimento Sumário	4	0	4
Ação Penal - Procedimento Sumário	21	0	21
Auto de Prisão em Flagrante	1	0	1
Requerimento de Condição Circunstanciada	1	0	1
Total	273	50	323

LISTA DE PROCESSOS PARALISADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	CLASSE	DIÁGNOSTICO
0000204100888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	213	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000022842200888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	260	Auto de Prisão em Flagrante
000023442200888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000027014395888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000018680282888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
000018997000888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	263	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000214020888104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	260	Auto de Prisão em Flagrante
000024432001788104012	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário

499
Lista de Processos

1.050
Lista de Processos





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2. CORPO FUNCIONAL

2.1. SERVIDORES

2.1.1 Servidores do gabinete

SERVIDORES DO GABINETE			
	Servidores	Cargo	Função
01.	Silas Araújo Soares Filho	Assessor	

2.1.2. Servidores da Secretaria

SERVIDORES DA SECRETARIA			
	Servidores	Cargo	Função
01.	Alberto Cezar dos Santos Patricio Júnior	Analista Judiciário	Diretor de Secretaria
02.	Aquino Ferreira Passinho Júnior	Auxiliar Judiciário	
03.	Eduardo Luis Durte	Analista Judiciário	
04.	Elizete Pantoja Campelo	Analista Judiciário	
05.	Fabio Rodrigues Bessa (durante a correição estava em gozo de férias)	Analista Judiciário	

2.1.3. Estagiários

Estagiários	Início do Estágio
Arthur Donza Jacob	14.07.2021 – o estagiário está exercendo suas funções no gabinete

2.1.4. Cedidos.

Não há servidores cedidos

2.1.5. Há Promotores de Justiça atuando na unidade judicial? Identificar.

Sim. Dr. Isaias Medeiros de Oliveira





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2.1.6. Há Defensores Públicos atuando na unidade judicial? Identificar.

Sim. Dr. Alan Ferreira Damasceno

3. INSTALAÇÕES:

3.1. **GABINETE** (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos).

Observação CGJ: O Gabinete é composto de 03 salas conjugadas, onde instalados a sala da assessoria, o gabinete da magistrada e a sala de audiências. Não foi reportada a necessidade de ajustes no espaço físico.

3.2. **SECRETARIA** (descrever problemas e dificuldades, mencionando a necessidade de alteração dos aspectos físicos, bem como substituição e/ou aquisição de mobiliários e equipamentos diversos)

Observação CGJ: A sala da secretaria tem 05 estações de trabalho. A Unidade conta somente com um scanner, havendo necessidade de aquisição de ao menos mais 01 (um). A impressora em determinados momentos apresenta problemas em decorrência do toner reciclado.

4. ROTINA DE TRABALHO GABINETE E SECRETARIA:

4.1. Qual a metodologia de trabalho é empregada na Unidade (por setor, por tarefa, etc)?

Por expediente (por exemplo: o servidor X realiza a expedição de mandados e de cartas precatórias, o Y faz publicações, e assim por diante)

Observação CGJ: No gabinete executam funções o assessor e o estagiário. Na secretaria há divisão de tarefas.

4.2. Como são divididas as tarefas na Unidade? Descrever, resumidamente, as atividades atribuídas a cada servidor.

- 1- Alberto. gestão e cumprimento de decisão, despacho e sentença;
- 2- Aquino. Audiência e expedição de audiência;
- 3- Eduardo. Cumprimento de decisão, despacho, sentença e expedição de audiência.
- 4- Elizete. Cumprimento de decisão, despacho, sentença e expedição de guia;
- 5- Fábio. Atendimento e expedição de audiência;

4.3. Há juntada diária de petições nos processos ainda em tramitação por meio físico, bem como a juntada de documentos que chegam por outra via (malote digital/e-mail da vara)? Em caso



negativo, qual a periodicidade?

Sim.

Observação CGJ. Verificou-se que há poucas petições aguardando juntada na Secretaria, algumas de processos que estão para o gabinete e algumas com processos que se encontram para o Tribunal em grau de recurso.

4.4. Nos processos que possuem prioridade legal (réus presos, idosos, medidas cautelares urgentes, etc) e nos casos em que concedida justiça gratuita, processos incluídos nas Metas do CNJ e segredo de justiça há identificação visual nas capas (processos em tramitação por meio físico)? Como estão identificadas as prioridades legais nos processos eletrônicos?

Sim. No caso do PJE através de etiquetas e por mecanismos do próprio PJE como nos casos de processos que tramitam em segredo de justiça e nos processos físicos através de etiqueta de identificação colada na capa do processo.

Observação CGJ. Observou-se que a Secretaria utiliza etiquetas para controle de feitos no PJE, contudo, não há padrão de identificação de processos físicos referentes às Metas do CNJ.

*Amostragem de etiquetas -PJE

*Processo que compõe a Meta 2 – sem identificação na capa



4.5. São adotados os modelos de despacho-mandado, despacho-carta e despacho-ofício?

[Assinatura manuscrita]





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(Provimentos n. 003/2009 e 011/2009 da CJRMB).

Sim.

Observação CGJ: São adotados nas decisões que ensejam soltura e prisão.

4.6. Os servidores e estagiários possuem e utilizam senha individual para acessar os sistemas?

Sim.

4.7. Qual o procedimento utilizado no caso de carga rápida (em livro, registro no sistema, etc)? O número de páginas é conferido no momento da entrega dos autos físicos aos advogados (carga) e quando da devolução à Secretaria?

Através de livro e registro no sistema.

Observação CGJ: O Diretor de Secretaria informou que se o advogado não está habilitado é retida a carteira e se está habilitado é feita registro de carga no sistema.

4.8. Há expedientes diversos e oriundos do Tribunal de Justiça recebidos e não respondidos?

Não.

4.9. A Secretaria Judicial utiliza atos ordinatórios para efeito de intimação? Todos são cadastrados nos sistemas?

Sim, os atos ordinatórios para fins de intimação são publicados no Diário de Justiça e devidamente cadastrado no sistema.

4.10. Todas as certidões/documentos expedidos nos autos físicos são cadastradas no Sistema Libra?

Sim

4.11. Todos os processos físicos se encontram cadastrados no Sistema Libra?

Sim

4.12. Antes da migração do processo físico para o PJE são atualizados os dados cadastrais de partes e advogados?

Se necessário sim

Observação CGJ: Os servidores informaram que tem observado processos encaminhados por redistribuição que não possuem dados cadastrais atualizados.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.13. Quando os processos migrados são recebidos em secretaria, eles passam pelo procedimento de etiquetagem?

Sim.

4.14. O processo eletrônico migrado do Sistema Libra, antes de ser encaminhado para a primeira análise no gabinete do magistrado, é organizado em secretaria?

Sim.
Observação CGJ: O Diretor de Secretaria informou que antes da remessa ao Gabinete realiza a etiquetagem dos processos.

4.15. É verificada a identificação de classificação da classe e assunto, conforme da Tabela Processual Unificada, do CNJ, nos processos migrados do Sistema Libra?

Sim.

4.16. É realizada a alteração de fase processual no sistema nos processos que já se encontram sentenciados?

Sim.

4.17. Com que frequência é realizado o procedimento de arquivamento dos feitos?

Conforme a demanda.
Observação CGJ: Em consulta ao painel de gestão, foi verificado que há 99 processos julgados e não baixados.

The screenshot displays the 'Gestão Judiciária 1G' interface for the 5th Criminal Chamber of Belém. It shows a summary of processes and a detailed list of judgments.

CLASSE	REG IN LIBRA
Ação Penal - Procedimento Ordinário	55
Reclamo de Fúido Preventiva	
Habeas Corpus	
Medidas Provisórias de urgência (Lei Maria da Penha)	
Total	99

Nº PROCESSO	COG. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO
0002060420170140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5560 - Fúido Migrado
00062090420170140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	5560 - Reclamo Migrado
0006209620170140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3523 - Habeas Corpus
00062094420170140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	287 - DIREITO PENAL (343) - Eterno (1) 333 - Fúido
2001342250170140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	556 - Reclamo Migrado
0001551711902140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3417 - Fúido Qualificado
0001342250170140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	1521 - Garantia ou Bande (3596 - Reclamo Migrado
20015976430180140431	281	Ação Penal - Procedimento Ordinário	3531 - Habilitação de documento público (3539 - São de

7
[Handwritten signature]





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.18. Quais critérios são utilizados para a movimentação de feitos paralisados há mais de 100 (cem) dias na secretaria/UPJ?

Antiguidade

Observação CGJ. Verificou-se que na Secretaria não estava sendo realizado controle para movimentação dos feitos paralisados há mais de cem dias. Foi demonstrado o painel de gestão para que seja exportada a lista e feito o controle.

4.19. São fixadas metas de trabalho para cada servidor dentro das atribuições para a qual foram designados na unidade?

Observação CGJ. Os servidores trabalham em equipe e dividem as tarefas para otimizar o trabalho. Foi relatado que, sempre que necessário, há fixação de metas para ajuste de pendências na Unidade.

4.20. Com que frequência é verificada a pasta "agrupadores" no Pje?

Sempre que possível, a depender do volume de trabalho na Secretaria.

Observação CGJ. Durante a correição, verificou-se que havia agrupadores pendentes de baixa no sistema PJE.

Processo com parte sem CPF/CNPJ Últimos 15 dias

RESQUISAR LIMPAR

Petições avulsas não lidas - (1773)
Processos com habilitações nos autos não lidas - (3)
Documentos não lidos - (110)
Mandados devolvidos pelo oficial de justiça - (3)
Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciada - (1)
Processos sob análise de prevenção - (3)

4.21. Com que frequência o gabinete consulta o Sistema PjeCor?

Observação CGJ. Constatou-se que a Secretaria não verifica o PJE COR e o Gabinete não tem o hábito de abrir o sistema.

4.22. Com que periodicidade o magistrado se reúne com os servidores para definir a gestão da





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

unidade?

Sempre que necessário.

Observação CGJ: Segundo relatado, não há rotina para realização de reuniões, entretanto, que a magistrada titular sempre vai à Secretaria para conversar com os servidores.

4.23. A unidade traçou algum plano de ação para o ano civil vigente?

Observação CGJ: Não foi traçado nenhum plano de ação.

4.24. Quais ações foram estabelecidas como indispensáveis no plano de ação vigente com vistas a boa gestão da unidade judicial?

Observação CGJ: Não foi traçado plano de ação.

4.25. Qual boa prática é utilizada pelo gabinete com vistas a elevação da produtividade?

Observação CGJ: Foi informado que, antes de separar os processos por ordem cronológica, é feita triagem de processos que demandam urgência para despacho e decisão, bem como, os processos em que possivelmente haverá sentença de extinção de punibilidade e absolvição. Os demais processos são separados por ordem cronológica para que seja prolatado o ato judicial.

4.26. BALCÃO VIRTUAL (Resolução 372/2021-CNJ e Portaria 1724/2021-GP) – Está sendo realizado o atendimento virtual de representantes do Ministério Público, Defensores Públicos, Advogados e demais usuários dos serviços judiciários?

Sim.

5. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

5.1. É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente conforme previsto no Provimento 12/2008-CJRM ou os determinados pelo juiz no cumprimento dos expedientes (conclusão e expedições em geral)?

Sim.

5.2. Todos os atos processuais são lançados nos sistemas, nos casos de processos ainda em tramitação por meio físico?

Sim.

5.3. O apensamento de autos que tramitam em meio físico é lançado no sistema? Não havendo

9





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

mais necessidade de tramitação dos autos apensados, estes recebem a devida baixa do sistema?

Sim.

5.4. Há processos com depósito judicial sem movimentação há mais de 03 (três) anos? - (§2º do art. 2º da Lei Estadual n. 6.750/2005).

Sim.

5.5. Há processos paralisados aguardando laudo pericial, exame de DNA, etc? Em caso positivo, quantos? Qual o número dos processos?

Não.

Observação CGJ: Verificou-se que há um processo aguardando prazo para remessa de laudo. Os processos que aguardam laudo ficam nas caixas "aguardando prazo", numeradas de 1 a 30.

5.6. Quais providências são adotadas diante do atraso injustificável da remessa do laudo pericial/exame?

Oficiar ao órgão competente solicitando a remessa do laudo em razão do tempo expirado.

5.7. A Secretaria Judicial cumpre efetivamente todas as determinações contidas na Lei n. 8.328/2015 (lei de custas), alterada pelas leis n. 8.583/2017 e 8.907/2019?

Sim. As partes são encaminhadas para a UNAJ para fins de emissão de boleto para pagamento de custas.

5.8. Há publicação diária da resenha? Em caso negativo, qual a periodicidade? É certificado nos autos o dia da publicação no Diário de Justiça Eletrônico?

Sim.

5.9. Há processos extraviados? Em caso positivo, mencionar os números. Qual a providência adotada?

Observação CGJ: Foi informado pelo Diretor que não há processo extraviado.

5.10. A Unidade adota práticas para otimização dos trabalhos? Caso positivo, quais? (Boas Práticas)

Observação CGJ: Os servidores informaram que para cumprimento mais rápido dos atos, iniciam pelos processos mais simples de cumprimento.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5.11. O Magistrado realiza a gestão da Vara como corregedor natural mantendo o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias? Há acesso constante aos dados da unidade disponíveis no Painel de Gestão Judiciária do TJPA pelo Magistrado e pelo(a) Diretor (a) de Secretaria?

Observação CGJ. Durante os trabalhos de correição, o assessor da magistrada titular informou que o controle dos processos paralisados há mais de cem dias é feito pela ordem cronológica e que o gabinete não tem o hábito de fazer uso do Painel de Gestão, ao que foi orientado a abrir diariamente para controle das metas do CNJ e processos paralisados há mais de cem dias.

5.12. a) A verificação dos prazos é diária? Em caso negativo, qual a periodicidade? b) Qual a data da última verificação dos prazos? c) Quais os meios utilizados para verificação dos prazos? d) Os prazos para realização dos atos processuais a cargo da Secretaria são cumpridos (art. 228, CPC)? Em caso negativo, justifique. *Art. 228. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que: I - houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei; II - tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.*

Sim. Foi criado o controle de prazo pela Secretaria com a caixas numeradas de 1 a 30 que correspondem ao dia do mês, por exemplo ao fazer a tramitação interna para o armário de aguardando prazo o servidor verifica quando o prazo vai vencer e tramita para a caixa correspondente ao dia.

5.13. Há controle efetivo sobre os processos que ainda tramitam em meio físico e que estão fora da Secretaria (carga)? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade?

A Secretaria Judicial realiza sempre que possível a verificação de processos que estão fora da unidade. Solicitando a imediata devolução quando há o excesso de prazo.

Observação CGJ. Através do relatório extraído do sistema Libra, constatou-se que 72 processos se encontram com carga externa, havendo 09 (nove) com prazo legal extrapolado.

5.14. Processos fora da secretaria (listar os 5 (cinco) processos que estão há mais tempo fora da Secretaria)

	Número do processo	Data da carga e/ou remessa	Destinatário da carga e/ou remessa	Atraso (dias)
01	0013277-12.2010.8.14.0401	24/01/2012	Advogado Andrei	3.540

11





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			Mantovani	
02	0009414-45.2011.8.14.0401	24/04/2012	Advogado Raimundo Nery	3.449
03	0018926-62.2004.8.14.0401	20/08/2012	Advogado João Rauda	3.332
04	0002648-93.2013.8.14.0401	08/02/2013	Ao Ministério Público	3.160
05	0003186-69.2016.8.14.0401	20/04/2017	Ao Ministério Público	1.628

5.15. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados? Os Oficiais de Justiça solicitam esclarecimentos ao magistrado quando encontram dificuldade no cumprimento da ordem judicial?

Obs: Fje - A devolução de mandados pode ser vista nos "agrupadores", onde podem ser visualizadas as certidões dos oficiais de justiça e petições de advogados.

Renovação de diligência solicitando a devolução imediata do mesmo

Expedientes mais antigos pendentes de cumprimento pelos Oficiais de Justiça			
Número do processo	Número do documento	Data do recebimento	Nome do Oficial
0018047-24.2010.8.14.0401	2011.00957294-11	26/05/2011 - 3.821 dias	EDUARDO AUGUSTO CRUZ VALE
0011311-31.2013.8.14.0401	2013.02034744-88	23/07/2013 - 3.032 dias	JOAO LUIZ DA ROCHA MELO
0022950-46.2013.8.14.0401	2014.01002716-77	02/04/2014 - 2.779 dias	WILLIAN SILVEIRA DA CRUZ
0015516-93.2019.8.14.0401	2019.04966140-14	10/12/2019 - 700 dias	LUCIANO CHAGAS SILVA
0005622-98.2016.8.14.0401	2020.01735331-55	16/09/2020 - 419 dias	FORTUNATO ABEN ATHAR FERNANDES

5.16. A Vara utiliza os sistemas INFOJUD, INFOSEG, RENAJUD e o Cadastro Nacional de





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa? Especifique.

Prejudicado

5.17. A Secretaria intima as partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp? – Resolução n. 28, de 19.12.2018 – TJPA (Institui e regulamenta, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, o procedimento de intimação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp, e dá outras providências).

Sim.

5.18. Há processos "aguardando conclusão" em Secretaria?

Não

5.19. Está sendo efetuado nos sistemas o registro de todas as informações dos réus? (nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, identidade e último endereço)

Sim.

5.20. Como se dá o controle dos presos provisórios? – Resolução n. 66/2009-CNJ (Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).

Através de etiquetas de "Réu preso" no PJE e relação de presos em Word da secretaria.

Observação CGJ. Em consulta ao PJE verificou-se que a unidade tem várias etiquetas de réus presos, não havendo padrão para localização de processos com referida prioridade.

5.21. A Secretaria mantém relação atualizada de presos provisórios? Há processos de presos provisórios sem movimentação há mais de trinta dias? Há processos de presos provisórios tramitando há mais de 180 dias? Em caso positivo, relacioná-los para que haja o devido impulso processual. (Deverá a unidade encaminhar à CGJ com o relatório o último controle atualizado dos réus presos provisórios da Vara)

Sim. A Secretaria Judicial mantém relação de presos atualizada.

Processo tramitando há mais de 180 dias. 0000442-28.2021.814.0401 (Alegações Finais)

5.22. A Vara utiliza os sistemas SEEU/CNJ (apenas competência para execução de pena), BNMP/CNJ, IFOPEN/SUSIPE (consulta sobre presos), INFODIP/TRE (cadastro de suspensões direitos políticos), SIEL/TER (consulta de endereços), SISTAC/CNJ (audiência de custódia), SNBA/CNJ (Bens apreendidos) e SDJ (sistema de depósitos judiciais)?





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Só não é utilizado o sistema SEEU/CNJ.

Observação CGJ: Verificou-se que a Unidade não tem senha atualizada do SIEL.

5.23. Os mandados de prisão são cadastrados no Sistema Libra (processos que ainda tramitam em meio físico), PJE (processos eletrônicos) e no BNMP? – Resolução n. 251/2018-CNJ (Institui e regulamenta o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0, para o registro de mandados de prisão e de outros documentos, nos termos do art. 289-A do CPP, acrescentado pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011, e dá outras providências).

Sim

5.24. É informada no Sistema Libra/PJE a data da prisão e da soltura dos réus?

Sim.

Observação CGJ: Verificou-se que no sistema PJE não é informada a data de prisão e soltura dos réus.

5.25. A fiança criminal é certificada nos autos e registrada em livro próprio, em nome do afiançado e à disposição do Juízo? No recolhimento dos valores de fiança é observado o procedimento disposto na Resolução 224/2016 – CNJ ?

Geralmente a fiança é arbitrada pela vara plantonista ou pela vara de inquiridos policiais e medidas cautelares.

Observação CGJ: O registro da fiança é realizado nos próprios autos.

5.26. A Secretaria realiza a exclusão das partes considerando o desmembramento dos autos?

Sim.

5.27. A sentença criminal condenatória transitada em julgado é comunicada à Justiça Eleitoral?

Sim.

5.28. A Secretaria certifica em separado o trânsito em julgado para a acusação e defesa?

Quando necessário, sim.

5.29. Concedida a liberdade provisória é exigida a frequência mensal do preso? Em caso afirmativo, como é realizado o controle?

Depende de cada situação processual. O controle é realizado através da Caderneta de





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Acompanhamento.

5.30. É cumprida a Resolução n. 162/2012 do CNJ? - (Dispõe sobre a comunicação de prisão estrangeiro à missão diplomática de seu respectivo Estado de origem).

Observação CGJ. Foi informado que recentemente não tramitou nenhum processo com réu preso estrangeiro.

5.31. Existem inquéritos e/ou processos envolvendo réu preso que estejam paralisados e sem andamento há mais de três meses? - art. 3º da Resolução n. 87/2009 do CNJ.

Não.

5.32. A Secretaria cumpre efetivamente todas as determinações contidas no Provimento Conjunto n.º 002/2021-CJRMB/CJCI? - (Dispõe sobre a destinação de bens apreendidos em procedimentos criminais e processos judiciais custodiados pelo Poder Judiciário do Estado do Pará).

Após a destinação do bem esta Secretaria Judicial oficia ao setor competente para ciência e providência.

Observação CGJ. No Sistema Nacional de Bens Apreendidos constatou-se o registro de 126 bens apreendidos pela 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém, enquanto o relatório extraído do sistema Libra, que comporá o presente relatório, indica a existência de 244 bens apreendidos.

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 IF Grau - Justiça Estadual: 1ª GRAU - 1ª VARA
 Comarca: BELÉM
 Varas e Juízes Estaduais: 1ª VARA CRIMINAL DE BELÉM
 Bem Apreendido: Todos
 Destinação do Bem: Todos
 Descrição Complementar do Bem:

Procurar Imprimir Imprimir Detalhes

Bem Apreendido	Quantidade	Valor(R\$)	Registro Nacional
Armas e acessórios	1	-	00011352120118140401
Armas e acessórios	1	-	00014262120118140401
Armas e acessórios	1	-	00029601420118140401
Armas e acessórios	1	-	00029716420148140401
Armas e acessórios	1	-	00024984020118140401
Armas e acessórios	1	-	00035764420118140401
Armas e acessórios	1	-	0005288250148140401
Armas e acessórios	1	-	0005328250118140401
Armas e acessórios	1	-	00083075120118140401
Armas e acessórios	1	-	0008446520118140401
Armas e acessórios	1	-	00084437020118140401
Armas e acessórios	1	-	0008551220118140401
Armas e acessórios	1	-	0010883720148140401
Armas e acessórios	4	-	0011617820118140401
Armas e acessórios	1	-	00119469220118140401

Número de registros: 126 Página 1 de 9

[Assinatura manuscrita]



5.33. Com base no relatório de bens apreendidos, foi constatado o arquivamento de inquéritos policiais, procedimentos ou processos criminais sem a devida destinação de armas e objetos apreendidos? Em caso positivo, identificar os processos.

Observação CGJ. Processos analisados por amostragem.

N. do processo	Arma/Objeto vinculado	Observação/recomendação
0111557-64.2015.8.14.0401	2020.00632704-42	Processo arquivado. Deve ser providenciado o desarquivamento para destinação do bem.
0024020-93.2016.8.14.0401	2018.00179081-02	Processo arquivado. Deve ser providenciado o desarquivamento para destinação do bem.

5.34. O controle dos prazos dos processos suspensos nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal é verificado a cada 90 (noventa) dias conforme determina o Provimento 15/2009-CJRMB? Como a Unidade realiza controle efetivo dos prazos prescricionais dos processos em tramitação? (Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. (Redação dada pela Lei n. 9.271, de 17.4.1996).

Não.

Observação CGJ. Foi constatada a existência de vários processos que se encontravam com errôneo código de cadastro da decisão de suspensão, gerando impacto no acervo ativo da Unidade e após as orientações da equipe de correição, todos os processos em tal situação foram tramitados pelo Diretor de Secretaria ao gabinete do juízo, para que fossem atualizados os cadastros com o código 25 (decisão) e 11025 (despacho). Os servidores também foram orientados a cumprir o Provimento n. 015/2009 – CJRMB.

VARAS DE EXECUÇÕES PENAIS, (itens 5.35 a 5.52) – Prejudicado

6. DAS AUDIÊNCIAS.

6.1. Perfil da pauta.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Réu Preso.

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

1- Proc. PJE 08106244020218140401 – 21.10.2021

b) são marcadas audiências em quais dias da semana?

Segunda a sexta

Réu Solto.

a) Para qual data e em quais autos está marcada a última audiência?

16.03.2023.

b) são marcadas audiências em quais dias da semana?

Terça, quarta e quinta

6.2. Quando há redesignação de audiência, qual o tempo médio para que a esta seja efetivamente realizada?

No caso de réu preso menos de 30 dias e nos de réus solto entram na pauta da Vara.
Observação CGJ. De acordo com o reportado pelos servidores e verificado na pauta de audiências, são designadas 03 (três) audiências de instrução, havendo uma média de 04 (quatro) a 06 (seis) audiências de suspensão designadas. Verificou-se que a pauta está para março de 2023. A Secretaria informou que, em decorrência de dificuldades da Defensoria Pública que acumula funções com outras varas, não há como marcar mais audiências/dia.

6.3. Audiências designadas/realizadas (dados fornecidos pela Unidade).

6.3.1. Quantidade de audiências designadas em 2020 e 2021, até a data da correição.

ANO	QUANTIDADE
2020	442
2021	255

6.3.2. Quantidade de audiências realizadas em 2020 e 2021, até a data da correição.


17





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ANO	QUANTIDADE
2020	135
2021	67

Dados extraídos do Painel de Gestão Judiciária:

Gestão Judiciária 1G - BELÉM - 6ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

Dados carregados até: 02/10/2021 02:49:25

LIBRA **PJE1G** Data de Audiência: 02/10/2021 04:14:2021

FILTRO POR SITUAÇÃO

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	271
AUDIÊNCIAS NÃO REALIZADAS	200
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	59
A. PRELIMINAR ADMINISTRATIVAS	47

TIPOS DE AUDIÊNCIAS

Indução e Arguição: 842
Interrogatório: 28
Conciliação: 9
Não Informado/Outros: 2

22%
TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

LISTA DE PROCESSOS POR TIPO DE AUDIÊNCIAS E SITUAÇÃO

IDCM	COD CLASSE	CLASSE	DATA	TIPO AUDIENCIA	SITUAÇÃO	NOVADATA	UNIDADE
000000152018143401	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	02/10/2021 18:40:29	Instrução e julgamento	AUDIÊNCIAS NÃO REALIZADAS		6ª VARA CRIMINAL DE BEL
00000104920218140701	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	25/04/2021 12:03:00	Instrução e julgamento	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS		6ª VARA CRIMINAL DE BEL
00000104920218140701	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	18/08/2021 10:40:37	Instrução e julgamento	AUDIÊNCIAS REDESIGNADAS	20/07/2022 11:00:00	6ª VARA CRIMINAL DE BEL
000001341200302143401	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário	02/08/2020 13:18:00	Instrução e julgamento	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS		6ª VARA CRIMINAL DE BEL

7. METAS NACIONAIS – CNJ.

7.1. Meta 01/2021 – CNJ – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

META 01			
Ano	Distribuídos	Julgados	Grau de cumprimento
2020	240	108	44,81%
Meta não cumprida			
2021 (resultado parcial)	102	54	52,43%





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.2. Meta 02/2021 – CNJ – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31.12.2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31.12.2017.

META 02							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Total de julgados	Grau de julgamento	Grau de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta não cumprida)	901	721	682	75,69%	94,6%	219	39
2021 (resultado parcial)	752	602	480	63,83%	79,79%	272	122

7.3. Meta 04/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos contra a Administração Pública e à improbidade administrativa.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31.12.2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 04							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de julgamento	Grau de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta cumprida)	20	14	19	95,0%	135,7%	1	-5
2021 (resultado parcial)	20	14	21	105,00%	150,00%	0	-7

7.4. Meta 08/2021 – CNJ – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Identificar e julgar, até 31.12.2021, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31.12.2019 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31.12.2019.

META 08							
Ano	Acervo	Alvo da meta	Sentenças	Grau de julgamento	Grau de cumprimento	Pendentes de julgamento	Necessidade de julgamento
2020 (Meta não cumprida)	07	04	03	42,86%	85,71%	04	01
2021 (resultado parcial)	06	03	03	50,00%	100,00%	03	00

8. ANÁLISE DE PROCESSOS E RECOMENDAÇÕES.

8.1. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem.

	Número do processo	Observações / Recomendações
01.	000218-73.2002.814.0401 Meta 02	Processo não identificado na capa como Meta 02. Denúncia recebida em 18/10/2002. Decisão proferida em 08/05/2003 suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional. Última movimentação em 09/03/2020 com juntada de certidão informando que foi realizada pesquisa no sistema INFOPEN e que o réu não integra a população carcerária. A Unidade não realizou consulta no sistema SIEL. Código de cadastramento da suspensão errado. Recomendação: Deve ser verificado o prazo prescricional do feito, cumprimento do Provimento 15/2009-CJRM e correção do código na decisão determinou a suspensão do processo e do prazo prescricional.
02.	0005252-61.2012.814.0401 Meta 02	Trata-se de pedido de restituição de coisa apreendida (pistola) referente ao processo 0007191-39.2018.814.0401, o qual foi encaminhado à DEPOL em 16/05/2008. Os autos foram encaminhados ao MP em

20/11





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

		08/05/2012 para manifestação, contudo, não houve manifestação. Consta no sistema Libra que a arma apreendida foi encaminhada ao Exército em 19/10/2017. Recomendação: Considerando a não manifestação do Ministério Público, deve ser realizada conclusão dos autos para deliberação.
03.	0000442-28.2021.814.0401 Réu preso – PJE	Ação Penal redistribuída em 13/01/2021. Inquérito juntado em 03/02/2021. Denúncia oferecida em 02/03/2021 e recebida em 10/03/2021. Audiências de instrução designadas para os dias 29.06.2021 e 11/08/2021. Decisão em 30/09/2021 indeferindo pedido de revogação de prisão preventiva do réu J.B.C. Recomendação: Feito regular.
04.	080165014-2021.814.0401 Réu preso – PJE	Flagrante em 10/02/2021. Inquérito juntado em 11/02/2021. Denúncia oferecida em 04/03/2021 e recebida em 12/03/2021. Audiência designada para 27/04/2021. Audiência redesignada para 30/08/2021. Nova audiência em 15/09/2021. Alegações finais do MP apresentadas em 28/09/2021. Recomendação: Encaminhamento dos autos à Defensoria para memoriais finais,
05.	080557348-2021.814.0401 Réu preso – PJE	Flagrante 19/04/2021. Inquérito juntado aos autos em 04/05/2021. Denúncia apresentada em 12/05/2021 e recebida em 02/08/2021. Decisão em 30/09/2021 designando audiência para 27/10/2021. Recomendação: Deve ser imprimida a devida celeridade aos autos, uma vez que permaneceram paralisados desde o oferecimento da denúncia no mês de maio até o recebimento da denúncia no mês de agosto, mesmo tratando-se de réu preso.

8.2. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Carta Precatória expedida há mais de 90 (noventa) dias.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Número do processo	Juízo deprecado	Observações / Recomendações
0019009-44.2020.8.14.0401	Comarca de Macapá/AP	Finalidade: Proceder citação de denunciado. Data da Expedição: 29/09/2021. Data do Envio: 01/10/2021. Recomendação: Carta Precatória regular.
0001264-85.2019.8.14.0401	Comarca de Uberlândia/MG	Finalidade: Proceder Citação de denunciado. Data da Expedição: 01/03/2020. Data do Envio: 12/03/2020. Recomendação: Face as reiteradas cobranças acerca do cumprimento da precatória, e a certidão de fl.42, realizar conclusão dos autos para que o juiz tome as providências cabíveis.
0006636-20.2016.8.14.0401	Comarca de Fortaleza/CE	Finalidade: Proceder citação de denunciado. Data da Expedição: 14/09/2021. Data do Envio: 16/09/2021. Recomendação: Carta Precatória regular
0013859-63.2012.8.14.0401	Comarca de Sumaré/SP	Finalidade: Intimar réu, para que tome ciência da sentença condenatória. Data da Expedição: 27/09/2021. Data do Envio: 01/10/2021. Recomendação: Carta Precatória regular
0006636-20.8.14.0401	Comarca de Juazeiro do Norte/CE	Finalidade: Proceder citação de denunciados informados na precatória. Data da

22





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

		Expedição: 14/09/2021. Data do Envio: 16/09/2021. Recomendação: Carta Precatória regular.
--	--	--

8.3. Análise de 05 (cinco) processos, por amostragem, com Cartas Precatórias recebidas. Prejudicado, em razão da Comarca de Belém possuir Vara com competência exclusiva para processamento de cartas precatórias criminais.

8.4. Análise dos 05 (cinco) processos mais antigos em tramitação na unidade.

	Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
01.	0007531-06.1995.814.04.01	31/07/2007	Denúncia recebida em 15.04.1996 (artigo 171, caput do CPB). Decisão suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional em 05/02/1998. Último andamento em 11/03/2020 com juntada de certidão informando que foi realizada pesquisa no sistema INFOPEN e que o réu não integra a população carcerária. A Unidade não realizou consulta no sistema SIEL. Código de cadastramento da suspensão errado. Recomendação: Deve ser verificado o prazo prescricional do feito, cumprimento do Provimento 15/2009-CJRM B e correção do código na decisão determinou a suspensão do processo e do prazo prescricional.
02.	0003328-90.1996.814.04.01	12/07/2006	Denúncia recebida em 28/04/1999 (artigo 180, parágrafo 1º do CPB). Processo e curso do prazo prescricional em 12/07/2006. Último andamento em 11/03/2020 com juntada de certidão informando que foi realizada pesquisa no sistema INFOPEN e que o réu não integra a

23





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			população carcerária. A Unidade não realizou consulta ao sistema SIEL. Código de cadastramento da suspensão errado. Recomendação: Deve ser verificado o prazo prescricional do feito, cumprimento do Provimento 15/2009-CJRM e correção do código na decisão determinou a suspensão do processo e do prazo prescricional.
03.	0005296-68.1997.814.0401	12/03/2001	Denúncia recebida em 23.03.1998 (artigo 155, parágrafo 1 e 4, IV do CPB). Decisão suspendendo o processo e o prazo prescricional em 12/03/2001. Último andamento em 11/03/2020 com juntada de certidão informando que foi realizada pesquisa no sistema INFOPEN e que o réu não integra a população carcerária. A Unidade não realizou consulta ao sistema SIEL. Código de cadastramento da suspensão errado. Recomendação: Deve ser verificado o prazo prescricional do feito, cumprimento do Provimento 15/2009-CJRM e correção do código na decisão determinou a suspensão do processo e do prazo prescricional.
04.	0000371-55.1997.814.0401	18/11/1997	Denúncia recebida em 19/05/1997 (artigo 155, caput). Último andamento em 10/03/2020 com juntada de certidão informando que foi realizada pesquisa no sistema INFOPEN e que o réu não integra a população carcerária. A Unidade não realizou consulta ao sistema SIEL. Código de cadastramento da suspensão errado. Recomendação: Deve ser verificado o prazo prescricional do feito, cumprimento





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

			do Provimento 15/2009-CJRMB e correção do código na decisão determinou a suspensão do processo e do prazo prescricional.
05.	0000426-71.1997.814.0401	17/07/2012	Denúncia oferecida em 21/09/2001. Audiência de transação penal em 10/08/2000. Decisão em 19/08/2008 suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional em relação a um dos réus. Decisão em 17/07/2012 declarando a extinção da punibilidade em relação a um dos réus. Processo paralisado desde então. Recomendação. Deve ser dado impulso ao feito.

8.5. Análise de processos relativos à Improbidade Administrativa e/ou crimes contra a Administração Pública.

Prejudicado - Segundo o Painel de Gestão Judiciária, a Unidade não possui mais nenhum processo relativo à matéria.

8.6. Exame de 05 (cinco) processos por amostragem, quanto à vinculação de bens móveis ou imóveis aos processos. No criminal – quanto a vinculação de bens apreendidos vinculados ao processo sem destinação.

Número do processo	Data do último despacho	Observações / Recomendações
0029903-50.2018.8.14.0401	29/01/2021	Ação Penal Crimes do Sistema Nacional de Armas Bem Apreendido. Uma arma de fogo tipo revólver, marca Taurus, calibre 32. Recomendação. Certificar qual destinação foi dada ao bem constante no Termo de Recebimento de fl.20.
	13/11/2019	Ação Penal Crime de Roubo Majorado Bem: Uma arma de brinquedo tipo revólver.

25





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

0008193-37.2019.8.14.0401		confeccionada em metal Recomendação. Certificar qual destinação foi dada ao bem constante no Termo de Recebimento de fl.66.
0000133-41.2020.8.14.0401	03/03/2021	Ação Penal Crime de Roubo Majorado Bem: Uma arma de brinquedo tipo pistola, confeccionada em plástico Recomendação. Certificar qual destinação foi dada ao bem constante no Termo de Recebimento de fl.32.
0015908-09.2014.8.14.0401	01/10/2021	Ação Penal Crime de Roubo Majorado Bem: Uma faca inox, tipo peixeira, cabo em material PVC de cor Azul Recomendação. Cumprir o determinado no despacho de fl.122. e proceder a baixa do bem no sistema LIBRA.
0003101-49.2017.8.14.0401	01/10/2021	Ação Penal Crimes do Sistema Nacional de Armas Bem: Uma arma de fogo tipo revólver, calibre 38, marca Taurus Recomendação. Cumprir o determinado em sentença de fls.70/72, quanto a destinação do bem apreendido e proceder a baixa no sistema LIBRA.

9. DADOS ESTATÍSTICOS.

9.1. LIBRA.

*Dados fornecidos pela Unidade

Processos em tramitação na Unidade (incluindo os julgados)	833(Libra) 292 (PJE)
Processos fora da Unidade (MP, DP, Advogado, outros)	35
Mandados distribuídos e não cumpridos há mais de 30/60 dias	20
Processos redistribuídos - ano 2021	64
Processos arquivados definitivamente em 2020	176

20





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Processos arquivados definitivamente em 2021 (até setembro de 2021)	336
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	437
Processos conclusos ao gabinete há mais de 100 dias	143
Processos com idosos postulantes	06
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	-
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	-
Quantas sessões de júri foram designadas em 2020	-
Quantas sessões de júri foram realizados em 2021 (até a data da correição)	-
Quantas sessões de júri estão designadas para 2021	-
Total de petições pendentes de juntada	43

9.2. **PJE**

Dados fornecidos pela unidade

Acervo: total de processos e procedimentos não arquivados definitivamente na data.	292
Acervo processual: total do acervo, com exceção dos itens das seguintes classes judiciais: carta, inquérito policial, notificações ou interpelações.	
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2020	-
Processos novos (distribuídos e redistribuídos) em 2021	85
Processos arquivados definitivamente em 2020	-
Processos arquivados definitivamente em 2021	-
Processos com prioridade em andamento - idoso	-
Processos com prioridade em andamento - idoso maior de 80 anos	-
Processos com prioridade em andamento - infância e juventude	-
Processos conclusos há mais de 100 dias	
Sentenças proferidas com mérito em 2020	-
Sentenças proferidas com mérito em 2021	01
Sentenças homologatórias de acordo em 2020	-
Sentenças homologatórias de acordo em 2021	-
Processos aguardando cumprimento há mais de 100 dias: total do acervo processual, que possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui até a data, nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	-
Processos aguardando andamento há mais de 100 dias: total do acervo processual, que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	-

27





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procedimentos aguardando cumprimento há mais de 100 dias, total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, possui movimento de despacho, decisão ou sentença e não possui nenhum movimento lançado, com exceção do movimento de juntada de petição.	-
Procedimentos aguardando andamento há mais de 100 dias, total do acervo procedimental (carta, inquérito policial, notificações ou interpelações), que até a data, não possui como última movimentação: movimento de despacho, decisão, sentença ou juntada de petição.	-

9.3. SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado): Prejudicado

9.4. SEEU - Dados Estatísticos de Processos Ativos: Prejudicado

10. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

10.1. O Gestor da Unidade tem identificado dentre o corpo de servidores a existência de problemas de saúde, física e mental?

Não há servidor com essa necessidade na unidade

10.2. Há servidores em teletrabalho?

Não

10.3. Há necessidade de realização de treinamento/qualificação específico para servidores?

Observação CGJ, Durante a correição os servidores solicitaram curso do PJE para sanar eventuais dúvidas acerca do sistema PJE.

11. CORREIÇÕES ANTERIORES

11.1. Data da última correição ordinária realizada pela Corregedoria.

02 a 04/10/2018

Observação CGJ, A última correição da CJRMB foi realizada no período de 02 a 04/10/2018, relatório registrado no processo SIGADOC PAMEM 2018/42637.

11.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria?

28





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sim

11.3. Os problemas identificados na correição ordinária anterior ainda persistem?

Sim

11.4. Identifique as recomendações não cumpridas

Observação CGJ. Dentre as recomendações que não foram totalmente sancadas, citamos a cobrança de alguns autos que se encontram com carga externa por prazo muito superior ao legal e a verificação de processos com depósitos judiciais paralisados há mais de 03 anos.

11.5. É cumprido o art. 11 do Provimento n. 004/2001 – CJCI? Identificar a data da última correição ordinária periódica e magistrado responsável. – (Art. 11 – Anualmente, nos primeiros dias do mês de dezembro, o Juiz realizará a Correição Ordinária em sua Comarca ou Vara)

Observação CGJ. Segundo informado, a última correição anual realizada pela magistrada foi em 2018.

12. SUGESTÕES GERAIS:

-

13. IMPRESSÃO DO MAGISTRADO SOBRE AS NECESSIDADES MAIS RECORRENTES DA VARA.
(Deverá o relato do magistrado ser anexado ao relatório)

-

14. CONSIDERAÇÕES DA CORREIÇÃO:

- A 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém foi incluída no calendário de correições 2021 da CGJ em razão dos números gerenciais da Unidade indicados no Painel de Gestão Judiciária, que apontavam para a necessidade de comparecimento do Órgão Correcional *in loco* para verificação da prestação jurisdicional. Constatou-se, contudo, que os números apresentados eram resultado de desconhecimento por parte dos servidores da Secretaria e do Gabinete, acerca das ferramentas de gestão processual/acervo disponibilizadas pelo TJPA. Nesse sentido, foram realizados no dia 05/10/2021, *workshops* com os servidores Gleison Gomes, Coordenador do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA, que explanou aos servidores as ferramentas disponíveis no Painel de Gestão Judiciária, bem como com a servidora Noemy Eminny Penha

29

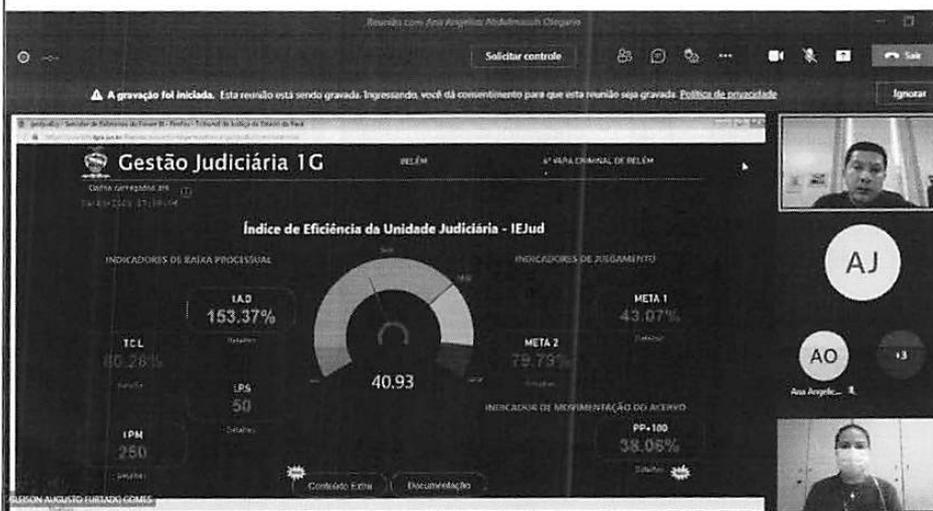




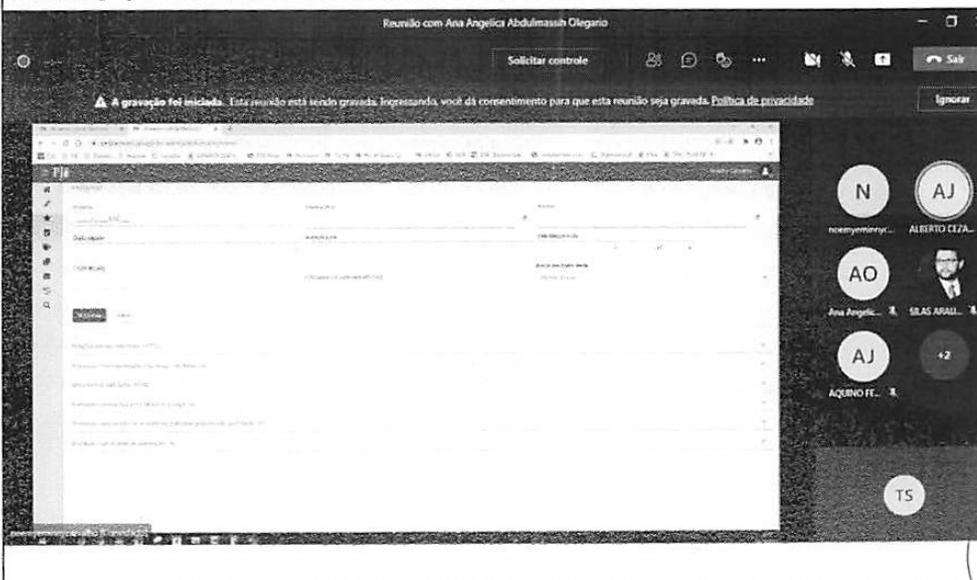
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Carvalho, da Secretaria de Informática, que sanou dúvidas acerca da utilização do sistema PJE na modalidade criminal, objetivando melhor manuseio do sistema e controle dos feitos.

Workshop Painel de Gestão com o servidor Gleison Gomes – DPGE



Workshop PJE – Criminal com a servidora Noemy Carvalho





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Constatou-se que tanto os servidores da Secretaria quanto o Assessor do Juízo são servidores experientes e que tem conhecimento da rotina afeta aos feitos criminais, havendo boa divisão de tarefas, contudo, verificou-se a **imperiosa necessidade de melhor gestão e controle do acervo** da Unidade, considerando o expressivo volume de feitos paralisados.

14.1 - DADOS ESTATÍSTICOS:

- Durante o período correccional, o Índice de Eficiência da Unidade Judiciária - IEJud, encontrava-se em **40,93**, a taxa de congestionamento líquida em **80,28%**, havia **38.06%** do acervo paralisado há mais de 100 dias e Índice de Atendimento à Demanda apontava índice de **153,37%**, segundo dados atualizados até 03/10/2021

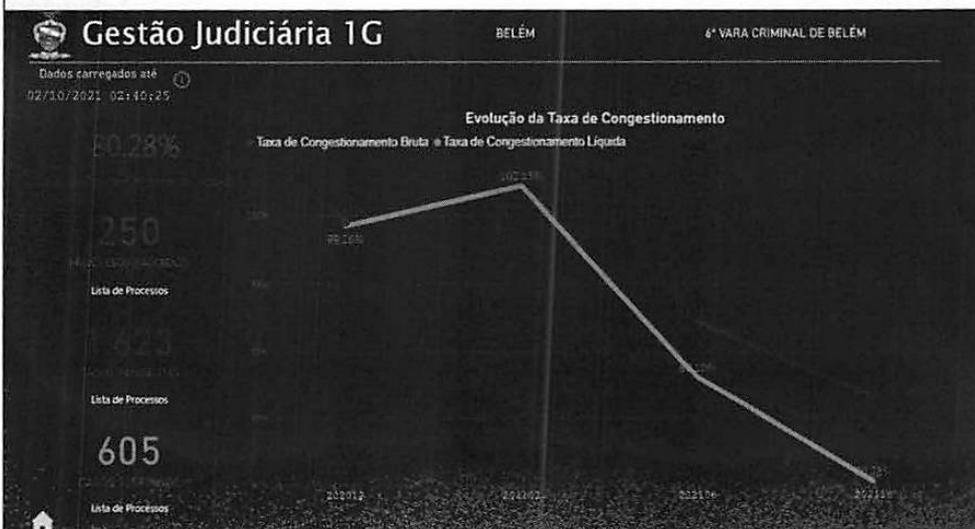
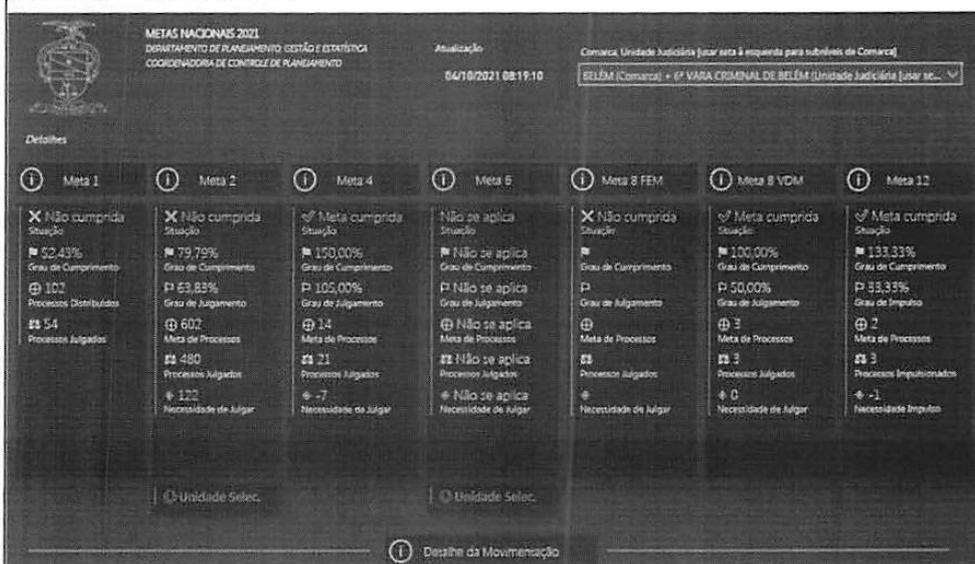
- O acervo ativo da unidade em 04/10/2021 totalizava **1.332** feitos, dos quais, **1.050** tramitam no sistema Libra e **292** no sistema PJE. O Painel de Gestão Judiciária indicava, ainda, **605** processos suspensos.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Com relação às Metas Nacionais para o ano de 2021, o Painel de Metas do TJPA informava em 04/10/2021 que a Meta 01 não estava sendo cumprida e havia 122 feitos pendentes de julgamento para cumprimento da Meta 02, já tendo sido alcançado o grau de cumprimento das Metas 08 – VDM e Meta 12.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

14.2 - DOS PROCESSOS ENVOLVENDO RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS.

- A Unidade possuía 01 (um) processo envolvendo réu preso provisório ainda em tramitação física (processo n. 0007062-71.2012.8.14.0401 e 31 (trinta e um) processos no sistema PJE, cuja listagem comporá o presente relatório.

14.3 - RECOMENDAÇÕES DA CORREIÇÃO.

Concluída a correção geral ordinária da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém este Órgão Correccional realiza as seguintes considerações, a serem cumpridas pela magistrada titular e todos os servidores da Secretaria e do Gabinete.

14.3.1. RECOMENDAÇÕES À MAGISTRADA TITULAR.

- Item 4.18 – Que coordene a realização de controle efetivo pela Secretaria e pelo Gabinete quanto aos processos paralisados há mais de 100 dias, realizando a gestão da Vara através do Painel de Gestão.
- Item 4.21 – Que realize acesso semanal ao sistema PJECor, observando os termos do Ofício Circular n. 135/2020-CJCI, de 07/10/2020 e n. 39/2021-CGJ, de 09/04/2021.
- Item 6.3.2 – Determine que sejam realizados ajustes na pauta de audiência, em razão do número de audiências atualmente realizadas por semana e em razão da pauta da Unidade já se encontrar no ano de 2023, o que necessita ser revisto, considerando que a Unidade possui acervo de pouco mais de 1.000 processos ativos e no ano de 2021, até a data da correção, foram realizadas 59 audiências, segundo os dados do Painel de Gestão Judiciária.

14.3.2. DETERMINAÇÕES À MAGISTRADA TITULAR.

- Item 1.4 - Cumpra o que determina o Provimento n. 004/2001, quanto à realização de correção ordinária anual em sua Unidade. **PRAZO: IMEDIATO**
- Item 5.4 – Analise individualmente todos os processos com depósitos judiciais sem movimentação há mais de 3 (três) anos, procedendo-se à destinação devida aos eventuais valores depositados e que se refiram a processos já arquivados, em tudo observado o que dispõe a Lei Estadual 6.750, de 19/05/2005. **PRAZO: 60 DIAS.**
- Item 5.22 – Adote providências para obtenção de senha atualizada do sistema SIEL para cumprimento do Provimento 15/2009-CJRM. **PRAZO: IMEDIATO.**

33





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Item 5.33 – Adote providências quanto à eventuais processos arquivados sem a devida destinação dos bens apreendidos, dando cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI. **PRAZO:** 60 DIAS.

14.3.3. RECOMENDAÇÕES ao Diretor de Secretaria e aos servidores da unidade.

- Item 4.7 – Ajuste o procedimento de carga rápida realizada pela Secretaria, para que não retenham carteira de identificação funcional de advogados, recomendando que, resguardados os autos que tramitam sob sigilo de justiça e após a apresentação da carteira de identificação do advogado, a Unidade observe os procedimentos e utilize o modelo de requerimento de carga rápida disponibilizado na Portaria n. 5797/2016-GP, de 15/12/2016, (Manual de Rotinas de 2º Grau do Poder Judiciário do Estado do Pará – item 5.1.2 – Carga e remessa de processos), que se encontra devidamente atualizado ao que dispõe o artigo 107 da Lei 13.105/2015 (NCPC) sobre a matéria.

- Item 4.21 – Realizem acesso semanal ao sistema PJECor, observando os termos do Ofício Circular n. 135/2020-CJCI, de 07/10/2020 e n. 39/2021-CGJ, de 09/04/2021.

- Item 5.34 – Deve a Secretaria empreender esforços para a realização de diligências periódicas nos feitos que se encontram suspensos nos termos do artigo 366 do CPP, conforme determina o Provimento n. 15/2009-CJRMB, visando localizar o acusado, encaminhando os autos ao MP, realizando buscas no INFOPEN, SIEL e outras providências que possibilitem a localização, realizando efetivo controle dos prazos prescricionais.

- Recomenda-se à Unidade que observe o procedimento de execução dos processos suspensos (art. 89 da lei 9.099/95) o qual deve ser realizado pela Vara de Penas e Medidas Alternativas de Belém, em cumprimento à Lei nº. 6.480/2002, ao Provimento nº. 03/2007, bem como os acordos de não persecução penal (ANPP).

- Recomenda-se aos servidores que realizem os cursos de Formação Continuada de Servidores, disponibilizados na modalidade EAD na página da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará, especialmente os cursos "*Fluxo do PJE Criminal*" e "*Estrutura, Organização e Funcionamento das Varas Criminais*".

14.3.4. DETERMINAÇÕES ao Diretor de Secretaria e aos servidores da unidade.

- Item 4.4 – Procedam à identificação de processos referentes às Metas, especialmente a Meta 02, enquanto tramitam em meio físico e através de etiquetas após a digitalização e migração para o sistema PJE. **PRAZO:** 60 DIAS.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- Item 4.17 – Analisem e adotem providências quanto aos processos julgados que já se encontrem aptos para arquivamento. **PRAZO:** 60 DIAS.
- Item 4.20 – Analisem e providenciem a baixa dos documentos pendentes constantes da pasta “agrupadores” no sistema PJE, mantendo-os sempre atualizados. **PRAZO:** 60 DIAS.
- Item 5.13 – Adote efetivas providências para cobrança de processos com carga externa além do prazo legal, especialmente os autos n. 0013277-12.2010.8.14.0401, 0009414-45.2011.8.14.0401, 0018926-62.2004.8.14.0401, 0002648-93.2013.8.14.0401 e 0003186-69.2016.8.14.0401. **PRAZO:** 30 DIAS.
- Item 5.15 – Realize a cobrança de mandados expedidos, distribuídos, sem devolução por prazo superior ao legal. **PRAZO:** 30 DIAS.
- Item 5.20 – Padronizem de forma eficiente as etiquetas para localização de processos envolvendo réus presos no sistema PJE, evitando-se a duplicidade e redundância, como por exemplo o verificado nas etiquetas “preso por outro processo” e “réu preso por outro processo” e “reú preso por outro processo” (sic), este último sem acento na palavra “réu”. **PRAZO:** 30 DIAS.
- Item 5.24 – Padronizem e insiram rotina de informações no sistema PJE quanto às datas de prisão e soltura dos réus. **PRAZO:** 30 DIAS.
- Item 5.32 – Realizem o saneamento da discrepância de dados dos objetos apreendidos constantes nos sistemas SNBA e LIBRA. **PRAZO:** 60 DIAS.
- Item 5.33 – Analise a situação dos processos constantes do relatório de “processos arquivados com apenso em outra situação”. **PRAZO:** 60 DIAS.
- Itens 8.0 – Deve a Secretaria dar cumprimento às determinações individualizadas constantes em todos os feitos analisados por amostragem no relatório de correição. **PRAZO:** IMEDIATO
- Deve, ainda, ser verificado se as medidas cautelares que determinam o comparecimento das partes à Secretaria estão sendo cumpridas, considerando as diversas cadernetas de frequência localizadas na Secretaria da Vara com a medida determinada. **PRAZO:** 60 DIAS.

Registra-se, por fim, o agradecimento ao magistrado Jorge Luiz Lisboa Sanches, ao Diretor de Secretaria Alberto Patricio Junior e a todos os servidores da Secretaria e Gabinete que contribuíram para os trabalhos através de esclarecimentos das atividades da unidade, bem como quanto à atenção dispensada à equipe correicional, demonstrando expressivo interesse em aprofundar seus conhecimentos acerca das ferramentas de gestão do TJPA.

5. À SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

- a) Considerando o reportado no item 4.12 do relatório, **expeça-se ofício circular** a todos

35





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

os magistrados e servidores das Unidades judiciais, recomendando que, antes de realizarem a redistribuição e/ou remessa de autos à outra Unidade, atualizem os dados cadastrais das partes inseridos nos sistemas processuais.

b) Expeça-se ofício à **Secretaria de Informática** reportando a situação da impressora da Secretaria quanto aos problemas recorrentes com o *tonner* (item 3.2).

c) Oficie-se à **Douta Presidência** dando ciência da correição realizada na 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém, para as providências que entender cabíveis.

Ressaltamos à Unidade correicionada que a Corregedoria-Geral de Justiça realizará o acompanhamento do cumprimento de todas as determinações realizadas, devendo ser apresentada comunicação formal acerca de sua observância, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, a partir do recebimento da presente decisão, exclusivamente, através do sistema PJECOR.

Dê-se ciência à magistrada Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues e ao magistrado que a estiver substituindo, em caso de afastamento/férias e ao Diretor de Secretaria da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém.

Acautelem-se os presentes autos na Divisão Judiciária.

Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, **oficie-se ao Juízo** da unidade para que preste informações acerca do cumprimento das determinações, **no prazo de 05 (cinco) dias**.

À Secretaria para providências.

Belém, Pa, 05 de outubro de 2021.


ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Desembargadora Corregedora-Geral de Justiça

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO:7919
Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO:7919
Dados: 2021.11.23 14:44:31 -03'00'

ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO

Juíza Corregedora

TATIANE SARAIVA DA PAIXAO NUNES:49239
Assinado de forma digital por TATIANE SARAIVA DA PAIXAO NUNES:49239
Dados: 2021.11.24 08:31:53 -03'00'

TATIANE SARAIVA DA PAIXÃO

Servidora da CGJ

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA
Assinado de forma digital por TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA
Dados: 2021.11.23 14:38:25 -03'00'

TATYANE CRISTINA GARCIA DA SILVA

Servidora da CGJ

36





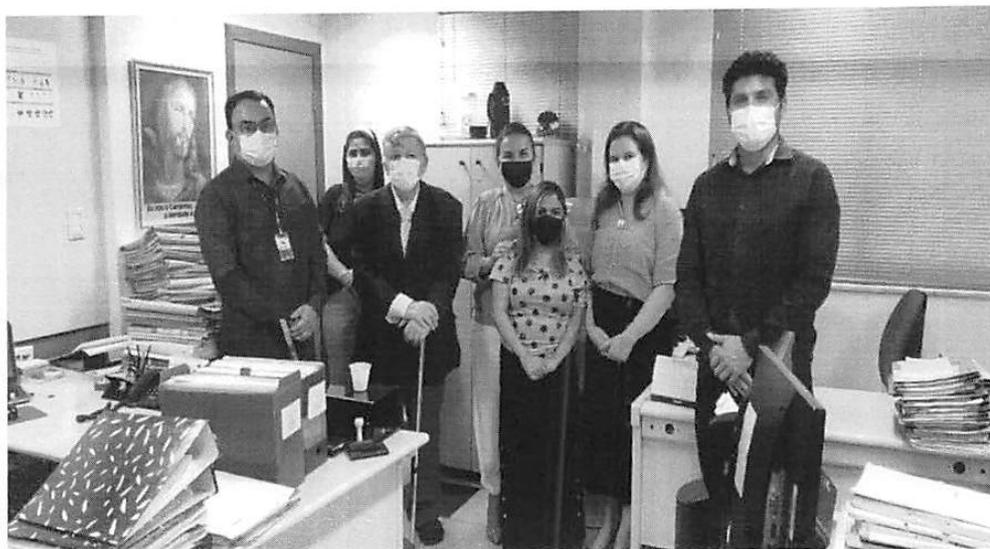
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

15. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS:

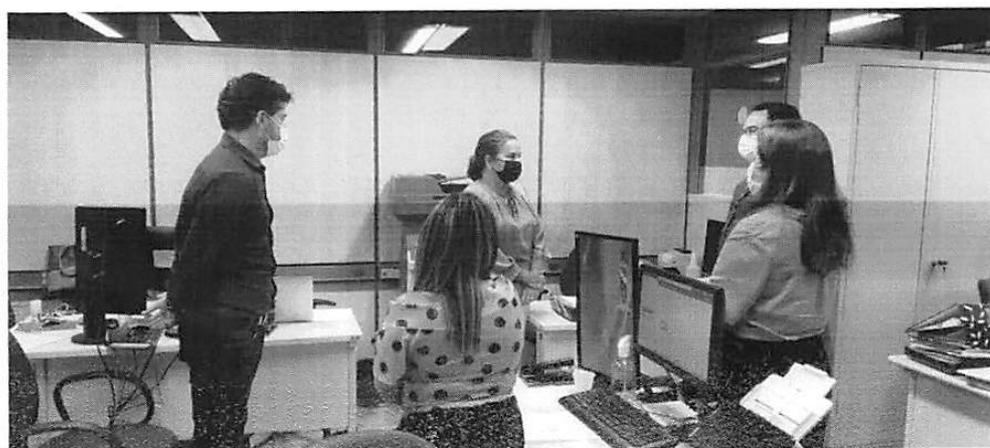
- Relatório de mandados distribuídos e não cumpridos - LIBRA
- Relatório de processos arquivados com apensos em outra situação - LIBRA
- Relatório de processos com carga fora da Secretaria - LIBRA
- Relatório de bens apreendidos - LIBRA
- Relatório de processos com subcontas paralisadas há mais de 03 anos - SDJ
- Relatório de réus presos provisórios
- Email do Setor de Arrecadação Judicial do TJPA



16. ACERVO DE FOTOS.



A Exma. Sra. Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora-Geral de Justiça, a Juíza Corregedora Ana Angélica Abdulmassih Olegário e o magistrado Jorge Luiz Lisboa Sanches, titular da 8ª Vara Criminal, em exercício na 6ª. Vara Criminal, acompanhados dos servidores da Unidade correccionada.



A Desembargadora Corregedora-Geral de Justiça e a Juíza Corregedora em conversa com os servidores da 6ª. Vara Criminal de Belém.





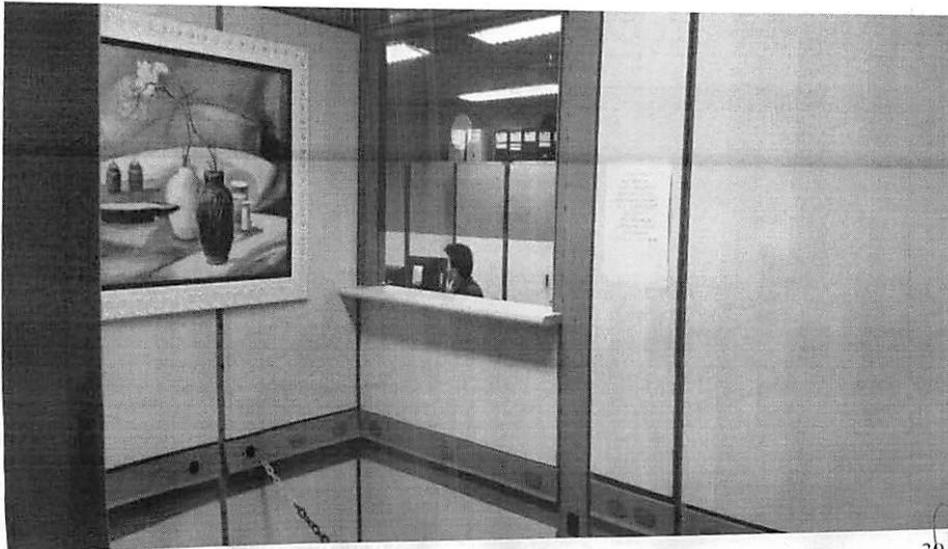
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DA 6ª. VARA CRIMINAL DE BELÉM

Vista geral da Secretaria



Balcão de atendimento



39





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

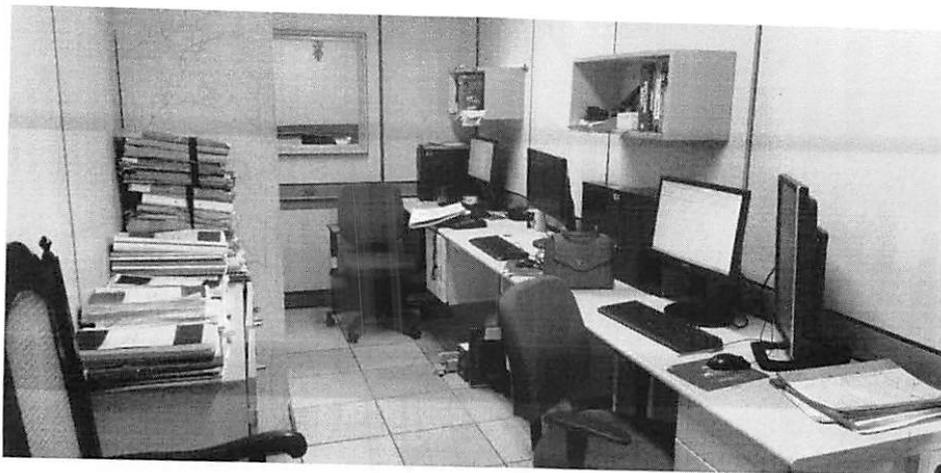
ARMÁRIOS COM PROCESSOS EM SECRETARIA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DO JUÍZO



SALA DE AUDIÊNCIAS

